



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto
2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL DE HOJE: UMA PONTE PARA QUAL FUTURO?

Katia Lima¹

RESUMO

O artigo examina a atual fase da contrarrevolução neoliberal no Brasil, conduzida pelas frações ultraconservadoras da burguesia brasileira associadas ao capital internacional, analisando o significado político e social das ações recentes do Governo Federal com vistas ao ajuste fiscal, ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e a implicação desta política para o financiamento das políticas públicas. Considera que as ações em curso indicam o aprofundamento da precarização dos serviços públicos e o desmonte dos direitos conquistados pelos trabalhadores, resultando em uma nova etapa da configuração da luta de classes no país.

Palavras-chave: Contrarrevolução neoliberal, Ajuste Fiscal, Políticas Públicas

ABSTRACT

The article examines the current phase of the neoliberal counterrevolution in Brazil, led by the ultraconservative fractions of the Brazilian bourgeoisie associated with international capital, analyzing the political and social significance of the recent actions of the Federal Government with a view to fiscal adjustment, interest payments and debt repayments public policy and the implication of this policy for the financing of public policies. It considers that the actions under way indicate the deepening of the precariousness of the public services and the dismantling of the rights conquered by the workers, resulting in a new stage of the configuration of the class struggle in the country.

Keywords: Neoliberal Counterrevolution, Fiscal Adjustment, Public Policies

¹ Graduada em Serviço Social/UERJ. Mestre em Serviço Social/UFRJ e Doutora em Educação/UFF. Instituição de Origem: Escola de Serviço Social - Universidade Federal Fluminense – UFF E-mail: katiaslima@globocom



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto
2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



I) INTRODUÇÃO

Nos limites deste artigo, apresentamos como objetivo examinar a configuração da luta de classes no Brasil a partir da análise da atual fase da contrarrevolução burguesa em curso desde o ano de 2016. Partimos da consideração de que as crises sistemáticas do capitalismo, que constituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a contrarrevolução, concebida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente, que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, e ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de democracia restrita, de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes.

Em um primeiro momento, abordaremos uma fase da contrarrevolução neoliberal conduzida pelos governos do Partido dos Trabalhadores/PT, no período 2003/2016, caracterizados pela política de coalizão de classes. Tal abordagem crítica estará ancorada na interlocução com a obra do saudoso intelectual militante Florestan Fernandes, especialmente com os conceitos de padrão compósito de hegemonia burguesa e padrão dual de expropriação econômica. A recuperação deste profícuo instrumental analítico nos auxilia a perceber os limites de um governo de coalizão de classes em um país marcado pelo caráter ultraconservador da sua burguesia nativa, como indicava Fernandes.

No item *Políticas públicas na travessia de uma ponte*, analisaremos em que medida esta política de coalizão de classes viabilizou uma das mais intensas ofensivas conservadoras à classe trabalhadora brasileira na atualidade conduzida pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, examinando três documentos centrais deste governo: (i) *Uma ponte para o futuro*; (ii) Emenda Constitucional 95 promulgada em 15/12/2016, (Proposta de Emenda à Constituição/PEC dos Gastos Públicos 241, na Câmara Federal e 55, no Senado Federal) e (iii) *A Travessia Social - uma ponte para o futuro* que apresentam o ajuste fiscal, o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e a redução do financiamento público das políticas públicas como eixos condutores.

Por fim, avaliamos o significado político e social do ajuste fiscal na redução dos direitos sociais da classe trabalhadora, problematizando especialmente o seu resultado na diminuição de verbas públicas alocadas para o financiamento das políticas públicas. Tal processo indica uma nova e duríssima fase da configuração da luta de classes no Brasil, de ataque agressivo do capital aos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, reafirmando na pauta de ação política da classe trabalhadora a necessidade de uma



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto
2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



profunda análise crítica das ações burguesas que procuram esvaziar a capacidade organizativa da classe, bem como a necessidade de defesa urgente dos seus direitos, intensificando, nas ruas, as lutas para sua autoemancipação.

II) ABURGUESAMENTO DAS BUROCRACIAS SINDICAIS E PARTIDÁRIAS DA CLASSE TRABALHADORA E CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

A análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil deve considerar a forma de integração do país na economia internacional, uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas e, simultaneamente, articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir, internamente, as relações de dominação ideológica e exploração econômica. Florestan Fernandes (1975, p. 108) analisando este desenvolvimento, inscreve-o na configuração do padrão compósito de hegemonia burguesa nos seguintes termos:

Por isso tal padrão de hegemonia burguesa anima uma racionalidade extremamente conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade individual, a iniciativa privada, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político.

Esse padrão compósito de hegemonia faz com que a burguesia associe-se, historicamente, ao imperialismo e, simultaneamente, aos setores mais arcaicos da economia brasileira, bem como, alimenta o padrão dual de expropriação do excedente econômico. Assim, a riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores, no Brasil, é repartida entre burguesia internacional e burguesia brasileira, duas faces de um mesmo projeto de dominação. Não devemos, portanto, entender a burguesia brasileira como uma burguesia “fraca”, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida com os países imperialistas, pois esses necessitavam e necessitam, na atualidade, de parceiros fortes na periferia do capitalismo para consolidar o seu projeto hegemônico.

Neste sentido, os pactos de dominação ou pactos conservadores entre frações da classe dominante, mais do que marcas de determinados momentos históricos, demonstram as características da burguesia brasileira: submissão consentida ao capital internacional; negociação com camadas conservadoras internas e a luta por seus interesses



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto
2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



particularistas, que só fazem aprofundar nossa dependência em relação aos países centrais do capitalismo e ampliar, internamente, a desigualdade econômico-social.

Esta composição política entre setores conservadores, acomodando, inclusive, os interesses mais arcaicos de determinadas frações de classe e a exclusão ou a busca do consenso passivo e/ou ativo dos trabalhadores não constituem fenômenos historicamente datados, mas são características inerentes à natureza das burguesias dos países capitalistas dependentes. Desta forma, o padrão compósito de hegemonia burguesa é um traço constitutivo, estruturante da dominação de classe, atravessando nossa formação econômico-social e denotando o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas, de privilegiamento da lucratividade do capital e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais.

Neste quadro analítico, as crises sistemáticas do capitalismo, que constituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a contrarrevolução, concebida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente, que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, e ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de “democracia restrita”, de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes. Em um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial, pelo padrão compósito de hegemonia burguesa e pelo padrão dual de expropriação do excedente econômico, a contrarrevolução burguesa ganha contornos bastante definidos.

Recuperando as análises de Florestan Fernandes (1975^a, p. 362) podemos identificar a contrarrevolução burguesa no Brasil de duas formas: “a quente” e “a frio”. A primeira expressa uma ação violenta, associada ao regime burguês-militar e ao Estado autocrático burguês. A segunda forma de identificação da contrarrevolução burguesa está articulada com a existência de “fases seguras e construtivas da contrarrevolução” (FERNANDES, 1975^a, p.347).

As ações contrarrevolucionárias “a frio” demonstram a capacidade da burguesia brasileira de alargamento da participação política dos trabalhadores, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista. Para a realização das ações contrarrevolucionárias “a frio”, a burguesia brasileira adotou uma estratégia de contrarrevolução preventiva e prolongada na qual três aspectos foram fundamentais: (i)



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto
2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



estabelecer um pacto de dominação entre as frações da burguesia, em sua dupla face: brasileira e internacional; (ii) construir alianças com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora e (iii) limitar as lutas dos trabalhadores à ação constitucional e parlamentar, estimulando o aburguesamento das suas burocracias sindicais e partidárias, operando uma metamorfose na consciência de classe (IASI, 2006).

As análises de Florestan Fernandes demonstram, portanto, que a contrarrevolução “a frio” estava em curso no período 2003/2016, indicando novas configurações na luta de classes e evidenciando a capacidade do projeto burguês de sociabilidade em apresentar “o velho sob a aparência do novo”, pois, “basta incorporar um setor mais amplo da vanguarda operária e das burocracias sindicais ou partidárias do proletariado às classes médias, para convertê-los em burgueses e em *cavaleiros andantes da democracia burguesa*” (FERNANDES, 1991, p.82/83, grifos nossos).

Estas análises nos auxiliam a compreender os eixos constitutivos da configuração da luta de classes em um país capitalista dependente, evidenciando a impossibilidade de constituição de um governo de coalizão de classes pelas alianças estabelecidas com uma burguesia que historicamente conduz o capitalismo de forma heterônoma, conciliando os interesses dos países imperialistas com os setores internos mais arcaicos, que relutam em promover sequer a desagregação da expropriação fundada no latifúndio e no trabalho escravo.

A política de coalizão de classes adquire, portanto, um caráter específico: é a manifestação da contrarrevolução preventiva e prolongada no Brasil no período de 2003/2016. Este desdobramento do processo contrarrevolucionário foi possível na medida em que a burguesia brasileira combinou repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, porém, uma ampliação nos limites de uma igualdade jurídica e política formal que conviveu com as desigualdades socioeconômicas. Uma ampliação restrita e conduzida pelas lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora organizadas no Partido dos Trabalhadores/PT (de Lula da Silva a Dilma Rousseff) em associação, no período de 2003 a 2005 com o Partido Liberal/PL (José Alencar, vice-presidente da República); de 2005 a 2010 com o Partido Republicano Brasileiro/PRB (também com José Alencar como vice-presidente da República) e de 2011 a 2016, com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB (Michel Temer, vice-presidente da República).

O tributo colonial da dívida pública constituiu-se em uma das principais ações da contrarrevolução neoliberal conduzida pelo Governo Federal no período 2003/2016,



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto 2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



materializando o padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico historicamente vigente no Brasil. Este tributo colonial manteve-se durante todo o período contrarrevolucionário conduzido pelo governo de coalizão de classes (2003/2016), demonstrando que o projeto em curso não indicava qualquer ruptura com a histórica inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e com a heteronomia cultural a ele associada, como indicam as tabelas abaixo.

1- Relação entre o gasto público com o serviço da dívida e o gasto público com as áreas sociais no período 2003/2005

Ano	Gasto público com o serviço da dívida	Gasto público com as áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura, Segurança Pública, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Organização Agrária, Energia e Transporte)
2003	R\$ 132.491.140	R\$70. 802.49
2004	R\$ 124.119.549	R\$ 65.249.035
2005	R\$139 bilhões	R\$ 99 bilhões

Tabela elaborada pela autora com base nos Boletins da Auditoria Cidadã da Dívida números 09, 11 e 14 disponíveis em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Acesso em 20 de julho de 2016.

A mesma política de privilegiamento do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública pode ser identificada na tabela abaixo, com os dados relativos ao período 2006/2015.

2 – Percentual do Orçamento Geral da União/OGU gasto com os juros e amortizações da dívida pública em comparação com os percentuais do OGU gastos com as áreas da Saúde, Educação e Assistência Social no período 2006/2010

Ano	Percentual do orçamento geral da União gasto com os juros e amortizações da dívida pública	Percentual do orçamento geral da União gasto com a área da Saúde	Percentual do orçamento geral da União gasto com a área da Educação	Percentual do orçamento geral da União gasto com a área da Assistência Social
2006	40%	4,72%	1,96%	2,64%
2007	32,36%	4,95%	2,14%	3,09%
2008	30,57%	4,81%	2,57%	3,08%
2009	35,57%	4,62%	2,88%	3,09%
2010	44,93%	3,91%	2,89%	2,74%
2011	45,05%	4,07%	2,99%	2,85%
2012	43,98%	4,17%	3,34%	3,15%
2013	40,30%	4,29%	3,70%	3,41%
2014	45,11%	3,98%	3,73%	3,08%



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto 2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



2015	42,43%	4,14%	3,91%	3,05%
------	--------	-------	-------	-------

Tabela laborada pela autora com base nos Documentos da Auditoria Cidadã da Dívida números 16, 18, 19 e 20e disponíveis em <http://www.divida-auditoriacidadada.org.br/> e <http://www.auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Informativo-agosto-2011.pdf> Acesso em: 20 de jul 2016.

Apesar da pauta de ação política do governo de coalizão de classes (2003/2016) atender aos interesses da burguesia, em sua dupla face, local e internacional, frações ultraconservadoras da burguesia brasileira reivindicaram um novo momento no pacto de dominação de classe, retirando do “acordo pelo alto” a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora convertida à ordem do capital. Neste contexto interno de crise econômica e política, como expressão da crise mais ampla do capitalismo no contexto mundial, o Governo Federal, apesar de manter a política de concessão ao capital, tendo como pauta central o ajuste fiscal, encontrou-se pressionado por novas disputas.

Em meados do ano de 2016, o esgotamento de uma fase da contrarrevolução neoliberal estava anunciado. As frações da burguesia brasileira conduzidas especialmente pelas empreiteiras e pelo agronegócio e comandadas pelo capital financeiro operaram a forma clássica de enfrentamento do capital às crises: o impeachment (instrumento jurídico previsto na Constituição Federal) tornou-se um golpe conduzido sem qualquer prova material. A crise política instaurada pelo término de uma fase da contrarrevolução preventiva e prolongada não se deu pelo fato do governo de coalizão ter ampliado direitos para os trabalhadores, mas pelo próprio esgotamento da política de aparente conciliação dos inconciliáveis interesses de classes.

A política de coalizão de classes abriu as portas da ante-sala para a ofensiva ultraconservadora, que busca restaurar, de forma mais profunda e ágil, a sua pauta de ação política, e, assim, garantir o enfrentamento da queda das taxas de lucro. Estas frações não necessitam mais das negociações conduzidas na fase anterior da contrarrevolução: cooptação das lideranças da classe trabalhadora e seu aburguesamento. Elas evidenciam toda a natureza antinacional, antissocial e antidemocrática da burguesia brasileira, reconduzindo as bases do “capitalismo selvagem” em sua mais pura expressão (FERNANDES, 1995, p. 141).

III) POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRAVESSIA DE UMA PONTE

Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário conduzido pela política de coalizão de classes, a partir do ano de 2016, o Brasil entra em uma nova



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto
2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia, em sua luta por seus interesses particularistas, sob a direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB.

Realizaremos, nos limites deste artigo, o exame de três documentos centrais do Governo Federal que apresentam o ajuste fiscal, o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e a redução do financiamento público das políticas públicas como eixos condutores: *Uma ponte para o futuro*; Emenda Constitucional 95, promulgada em 15/12/2016, (PEC dos Gastos Públicos 241, na Câmara Federal e 55, no Senado Federal) e *A Travessia Social*.

Um primeiro destaque precisa ser considerado. A análise das tabelas acima indicadas demonstrou que a prioridade com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública em detrimento do financiamento público das áreas sociais, especialmente Saúde, Educação e Assistência Social não são novidades da atual fase da contrarrevolução burguesa instalada em 31 de Agosto de 2016, dia da posse do atual Presidente da República, Michel Temer.

O tripé ajuste fiscal; pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e redução do financiamento público das políticas públicas é um eixo estruturante da pauta de ação política do neoliberalismo no Brasil e no mundo. A variação entre as duas fases da contrarrevolução neoliberal (2003/2016 e 2016/em curso) está na calibragem desta pauta. Com o impeachment e a quebra da pactuação entre as diferentes frações da burguesia e as lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora convertidas à ordem burguesa (IASI, 2006), o novo bloco no poder busca restaurar, de forma mais profunda e ágil, a sua pauta de ação política e, assim, garantir o enfrentamento da queda das taxas de lucro e manter a política de autoprivilegiamento historicamente vigente no país. Não se tratava, como ainda não se trata, de uma disputa entre projetos antagônicos de sociabilidade, mas das disputas entre frações da classe burguesa pela ocupação do poder para garantia de seus interesses econômicos e políticos.

É neste contexto que está inscrito o documento intitulado *Uma Ponte para o Futuro*, elaborado pela Fundação Ulisses Guimarães, do PMDB e divulgado em Outubro de 2015. O documento é apresentado como um programa que se destina ao desenvolvimento da economia brasileira pelo enfrentamento da crise fiscal gerada pelas despesas públicas e pela paralisação dos investimentos produtivos. Considera que o papel do Estado é "... distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto
2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade” (FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES/PMDB, 2015, p.4).

O Estado é concebido, portanto, como incentivador da iniciativa privada e condutor do ajuste fiscal, pois, segundo o referido documento, “sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais” (Idem, p. 5).

O documento critica as “despesas públicas” aprovadas com a Constituição Federal de 1988, especialmente as “despesas obrigatórias” ou “vinculações constitucionais” e os benefícios previdenciários. Neste sentido, o texto enuncia a pauta política do atual governo: (i) o aprofundamento da política de pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, em detrimento do financiamento público das políticas públicas; (ii) as desvinculações das receitas da União, especialmente com os gastos com saúde e educação públicas e (iii) a contrarreforma da Previdência Social.

Para garantir o ajuste fiscal, portanto, defende a autonomia na organização do orçamento anual da União, isto é, “acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação (...)” (Idem, p.9) e o fim dos reajustes automáticos, seja para salários ou para benefícios previdenciários, ou seja, a eliminação da indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo, defendendo a necessidade de “(...) ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados” (Idem, p. 11).

Este conjunto de ações na destinação das verbas públicas está associado, segundo o programa de governo, a importância do Estado para criar um ambiente econômico favorável para o setor privado, isto é, “um novo ciclo de crescimento [que] deverá apoiar-se no investimento privado e nos ganhos de competitividade do setor externo, tanto do agronegócio, quanto do setor industrial” (Idem, p. 17). A atuação do Estado deverá orientar-se, segundo o programa, por ações que priorizem a privatização de áreas estratégicas do país, áreas de interesse do setor privado; a redução de tarifas para esse setor e o estabelecimento de parcerias público-privadas, complementando a oferta de serviços públicos.

As políticas apresentadas no documento *Uma Ponte para o Futuro*, divulgado em Outubro de 2015, serão materializadas pela aprovação pelo Senado Federal, em 13/12/2016, da Proposta de Emenda à Constituição 55 (PEC dos Gastos Públicos), atual



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto 2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



Emenda Constitucional 95 e pelo documento intitulado *A Travessia Social - uma ponte para o futuro*.

A Emenda Constitucional/EC 95 foi promulgada depois de tramitar, na Câmara, como Proposta de Emenda à Constituição/PEC 241 e, no Senado, como PEC 55. A EC 95/2016 institui o novo regime fiscal, limitando os gastos públicos por vinte exercícios financeiros, ou seja, por vinte anos. Tal regime fiscal implica no congelamento dos investimentos públicos nas políticas públicas, na medida em que revoga a vinculação das despesas com saúde e educação aos percentuais da receita líquida da União. Disso resulta que os investimentos em saúde e educação terão, em termos reais, os mesmos valores de 2017, desconsiderando o crescimento da população brasileira e as demandas sociais pela ampliação do acesso à saúde e à educação públicas. Além do congelamento na alocação das verbas públicas para as políticas públicas, a EC 95/2016 congela os reajustes salariais de funcionários públicos e a realização de concursos públicos.

Apesar das lutas da classe trabalhadora contra a aprovação da “PEC do fim do mundo”, a mesma foi promulgada, como EC 95 em 15/12/2016.

Na mesma direção política, o documento intitulado *Travessia Social – uma ponte para o futuro*, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB foi divulgado em 2016, apresentando a proposta do Governo Federal para os programas sociais. A leitura atenta do documento revela que a manutenção do padrão dependente de desenvolvimento associado ao padrão dual de expropriação do excedente econômico e ao padrão compósito de hegemonia burguesa está expressa na concepção do papel do Brasil na economia mundial como exportador de *commodities* minerais e agrícolas e pelo papel do Estado, reconfigurando o arcabouço jurídico, pela contrarreforma trabalhista e pela revisão do sistema tributário, de forma a estimular o setor industrial, atendendo, assim, parceiros internacionais e locais.

Neste quadro político e econômico, o documento considera que o país vive dois círculos viciosos: o primeiro diz respeito ao equilíbrio fiscal e o segundo trata da relação entre situação fiscal e políticas sociais. A defesa da política de ajuste fiscal para garantia do pagamento da dívida pública e de congelamento no financiamento público das políticas públicas é associada à defesa de focalização das políticas sociais para atendimento dos “mais vulneráveis”, os mais pobres. Não se trata, contudo, da defesa de políticas de transferência de renda, pois, “a maior parte do progresso social que experimentamos nas duas últimas décadas decorreu mais do crescimento da economia e das rendas do trabalho,



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto
2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



e menos das políticas de transferência de renda” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES/PMDB, 2016, p. 9).

Ainda que defenda o aprimoramento dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o documento considera que o foco das ações do governo federal deve estar na expansão do emprego, atuando de forma na capacitação da força de trabalho pelo aprimoramento do Programa Nacional de Acesso à Formação Técnica/PRONATEC, que tem como “braço operativo do programa”, as entidades do Sistema S, assim,

O ideal seria garantir a cada trabalhador, ocupado ou não, o direito a uma formação anual. Esta oportunidade, representada por um cupom, pode ser utilizada como um ativo para aqueles que procuram emprego. E para aqueles já ocupados, além do fato de que já se conhece o tipo de formação necessária, dá ao trabalhador o incentivo para aprimorar sua capacidade e sua renda futura (Idem, p.10).

Além da ampliação do PRONATEC, o texto indica que a centralidade das ações governamentais deve estar direcionada ao Ensino Básico, Fundamental e Médio, com o seguinte destaque: os incentivos aos professores do ensino básico, ofertados por um programa de certificação federal dos professores de 1° e 2° grau, em todo o país, para efeito de pagamento de um adicional à sua remuneração regular, ou seja, remuneração por competência e por produtividade, eixos da concepção burguesa de educação que tem recebido, historicamente, sérias críticas de educadores brasileiros (FRIGOTTO, 1984).

Conclui-se que, para o enfrentamento dos dois círculos viciosos, o documento propõe três ações articuladas: “buscar o equilíbrio fiscal, retomar o crescimento e ampliar as boas políticas sociais” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES/PMDB, 2016, p.6), isto é, o corte na alocação de verbas públicas para as áreas sociais; o favorecimento da movimentação do setor privado nas áreas de maior lucratividade, inclusive a educação, como fica evidente no exame do referido documento, e as políticas focalizadas no alívio da pobreza constituem o tripé de ação do governo Michel Temer.

O fortalecimento do setor privado pelo empresariamento das políticas sociais é concebido como ação fundamental, assim, o documento defende “as concessões de infraestrutura e a criação de bens de alto benefício social por meio de arranjos institucionais público-privados, nas áreas de habitação popular, de saneamento e transporte urbano” (Idem, p.8).

Evidencia-se, assim, uma nova fase na contrarreforma do Estado brasileiro, a partir de um movimento de continuidades e novidades em relação à contrarreforma do Estado conduzida pelos governos Collor, Cardoso, Lula da Silva e Rousseff, pois,

O governo estará empenhado na criação e na melhoria dos bens públicos à disposição da população, em especial das populações mais pobres, mas não será mais seu provedor direto, para poder concentrar-se em saúde, educação,



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto 2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



segurança pública e proteção social, que são bens públicos que o mercado tem dificuldades de prover (...). O Estado deve transferir para o setor privado tudo o que for possível em matéria de infraestrutura (...). É necessário um novo começo nas relações do Estado com as empresas privadas que lhe prestam serviços e que são muito importantes para a economia do país (Idem, p.8 e 17).

A análise dos três documentos acima indicados evidencia a natureza das burguesias dos países capitalistas dependentes e os novos contornos da luta de classes no Brasil na atual fase da contrarrevolução neoliberal, denotando o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas, de privilegiamento dos setores privados e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais. Tal análise afirma a relevância e atualidade das abordagens de Fernandes quando afirma que “a burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica” (FERNANDES, 1968, p.90).

IV) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contrarrevolução burguesa realizou, portanto, ações sistemáticas de reorganização de suas ofensivas para enfrentar as crises do próprio capitalismo e conformar mentes e corações ao projeto burguês de sociabilidade. Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário marcado pela política de coalizão de classes, a partir do ano de 2016, o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia em sua luta mais ágil e direta em defesa de seus interesses econômicos e políticos. Nesta luta, uma das suas principais ações é, justamente, o ataque virulento aos direitos da classe trabalhadora.

Cabe aos setores classistas e combativos da classe trabalhadora a tarefa de reorganização da classe; de crítica às políticas de conciliação, cooptação e apassivamento das lutas e de reafirmação da atualidade das ações políticas contra a expropriação econômica e a destruição dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AUDITORIA Cidadã da Dívida. Boletins da Dívida. Número 9, de 2 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.divida-auditoriacidadada.org.br/> Acesso em: 20 de jul. de 2010.



VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto
2017
Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil



BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Emenda Constitucional 95 de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em: 07 Mar 2017.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. RJ: Zahar, 1968.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2ª. Ed. RJ: Zahar editores, 1975.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975ª.

_____. O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. SP: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.43).

_____. Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos. SP: Xamã, 1995.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1984.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES/ PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/PMDB. Uma Ponte para o Futuro. 2015. Disponível em <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf> Acesso em: 07 Mar 2017.

_____. A Travessia Social – Uma Ponte para o Futuro. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/complemento/pdf/TRAVESSIA%20SOCIAL%20-%20PMDB LIVRETO PNTE PARA O FUTURO.pdf>> Acesso em: 07 Mar 2017.

IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto 2017

Cidade Universitária da UFMA
São Luís/Maranhão - Brasil

